COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 2.834, DE 2011

Estabelece prioridade para atendimento, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, de projetos de prevenção à criminalidade que articulem as comunidades com os órgãos de segurança pública.

Autor: Deputado MANOEL JUNIOR

Relator: Deputado GUILHERME CAMPOS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.834, de 2011 (PL 2834/2011), do Deputado Manoel Junior, altera a redação do inciso V, do art. 4º, da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2011, que “Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências”, para incluir, na parte final do dispositivo, a expressão “principalmente aqueles que articulem as comunidades locais entre si e com as forças de segurança pública”.

Em sua justificação, o Deputado Manoel Junior, autor do PL 2.834/2011, informa que a alteração promovida pelo seu projeto de lei tem inspiração em experiências bem sucedidas, baseadas na articulação de diversos atores da sociedade com os órgãos de segurança pública”. Cita como exemplo dessas iniciativas o projeto “Condomínio Cidadão”. Nesse projeto, porteiros são treinados pelos Estados ou Municípios para adotarem procedimentos preventivos contra ações criminosas e para articularem-se durante os seus turnos de vigia, proporcionando um apoio mútuo entre os que trabalham na base territorial.

Por fim, aduz o Autor que o objetivo da proposição sob análise é mais amplo, pois determina a aplicação prioritária de recursos do FNSP em projetos de prevenção à criminalidade que tenham as mesmas características essenciais do “Condomínio Cidadão”, quais sejam: caráter preventivo; articulação da comunidade; e ligação com os órgãos de segurança pública.

No prazo regimental de cinco sessões, transcorrido entre 20 e 29 de março de 2012, a proposição não recebeu emendas na comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Ministério da Justiça, desde 2011, tem selecionado projetos municipais, que tenham por objeto às ações do Sistema Integrado de Prevenção à Violência e à Criminalidade, no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, pra receberem recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP. No ano de 2012, o Ministério da Justiça se propôs a selecionar projetos municipais e consórcios municipais que tivessem por finalidade a implantação de ações de Prevenção em Segurança Pública para implementação ou expansão de Sistema de Vídeo Monitoramento.

No Edital que disciplinou o processo de seleção das propostas, o primeiro requisito é a exigência de que o município mantenha “guarda municipal ou realize ações de policiamento comunitário ou, ainda, institua Conselho de Segurança Pública”, o que destaca a importância atribuída a essa modalidade de policiamento no combate à criminalidade.

Em razão dos vários sentidos que são atribuídos para a expressão “policiamento comunitário”, faz-se mister que, preliminarmente, se esclareça qual a definição que se irá adotar para essa expressão, a fim de que haja maior clareza dos parâmetros utilizados para a avaliação do mérito deste PL 2.834/2011.

Assim, adota-se para este Parecer que “policiamento comunitário” é uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia, que devem trabalhar juntas para

identificar, priorizar e resolver problemas como crimes, drogas, desordens físicas e até mesmo a decadência dos bairros, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida na área.

Definido esse parâmetro de avaliação do mérito, verifica-se que, tanto a iniciativa do Ministério da Justiça, quanto o texto da proposição do Deputado Manoel Junior, tem por objetivo incentivar e priorizar a implantação de ações de combate a criminalidade baseadas no modelo de policiamento comunitário. Isso nos permite concluir que o texto da proposição do Deputado Manoel Junior vai ao encontro das ações governamentais e dos modernos conceitos de ação, no campo da segurança pública, o que a credencia a receber nossa aprovação.

Em face do exposto, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** deste Projeto de Lei nº 2.834, de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2013.

DEPUTADO GUILHERME CAMPOS
RELATOR